lhos, os urutus, estarão aí de volta; isso dito pelo Líder do PFL que fala em soberania. Lembro-me daquele autor inglês que dizia: "Falam em liberdade, mas para aniquilá-la; falam em liberdade, mas para matá-la".

Estão falando em soberania capenga. Quero colocar, qui, para os Srs. Constituintes. Vamos ao texto da Emenda Maurílio, sobrestar a ameaça à Assembléia Nacional Constituinte. É o Poder Constituinte que pode vir a sobrestar uma ameaça que virá de outro poder. E, aí, a formalidade. Como se dará isso?

Vou fazer um raciocínio aos ilustres Constituintes. Imaginem que estaremos aqui, amanhã, discutindo uma questão central para este País e para seu desenvolvimento democrático. Algum poder, lá foram, pode achar que estamos, aqui, criando maiores dificuldades. E colocam os urutus do Deputado José Lourenço. Vamos ficar aqui discutindo, primeiro com 1/3 de assinturas, para saber se os urutus do Deputado José Lourenço, que estarão a nos ameaçar, representam ou não uma ameaça à Assembléia Nacional Constituinte. Depois de conseguir 1/3, vamos ficar...

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) (Fazendo soar a campainha) — Solicito ao Orador que conclua sua oração.

O SR. BRANDÃO MONTEIRO — Solicitaria a V. Ext que me permitisse terminar o raciocínio e fosse condescedente, como o foi com os oradores que me antecederam.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — O tempo do orador já se esgotou.

O SR. BRANDÃO MONTEIRO — Os urutus do Deputado José Lourenço ameaçando a integridade desta Casa e dos Deputados, eu terei que sair recolhendo 1/3 de assinaturas dos Srs. Deputados. E o Deputado José Lourenço pode achar que seus urutus não são ameaça para esta Casa. E com o peso que teve, como o teve, para fazer, infelizmente, retroceder o PMDB, por certo, também encontrará votos para impedir, na Comissão de Sistematização, que defendamos a soberania da Constituinte.

Srs. Constituintes, esta é uma questão que quero finalizar. Dirá o Deputado Luiz Henrique, aqui, que não há problema algum, porque já está no preâmbulo a própria colocação do Deputado Maurílio Ferreira Lima argumento que não merece a menor credibilidade. Se está no preâmbulo, por que se modificou? Porque no preâmbulo também estava...

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimrães) — (Fazendo soar a campainha).

O SR. BRANDÃO MONTEIRO — ... o Substitutivo do Senador Fernando Henrique Cardoso.

E aos que nos chamam de subversivos, e aos que ontem foram cassados pela Revolução, como o Deputado Gastone Righi, que ontem era chamado de subversivo, e hoje faz o mesmo discurso, queremos dizer que não estamos propondo nada, nem radical, como quis o Deputado José Lou-

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimrães) — A Mesa pede ao orador que termine a sua intervenção, pois já excedeu o tempo.

O SR. BRANDÃO MONTEIRO — O que estamos propondo é exatamente que esta Casa aceite o Substitutivo do Senador Fernando Henrique Cardoso. Não é nosso, é do próprio PMDB.

E não estamos aqui para dizer que o Senador Fernando Henrique Cardoso é um radical ou um subversivo. (Muito bem! Palmas.)

O SR. SIQUEIRA CAMPOS (PDC — GO. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Constituintes:

A posição do PDC é pela soberania da Assembléia Nacional Constituinte. E por que esta posição, Sr. Presidente? Posição coerente dos seus Líderes, que sempre estiveram com o povo. E, neste instante de tamanhas dificuldades, dificuldades atiradas nos caminhos do povo, não poderámos deixar de desejar para a Assembléia Nacional Constituinte todo o poder, toda a soberania.

Mas, Sr. Presidente, esta posição foi sustentada em muitas reuniões que fizemos nos diversos gabinetes, inclusive no Gabinete da Presidência da Constituinte. Nós jamais deixamos de sustentar as posições de defesa da soberania da Constituinte, mas não fomos intransigentes a ponto de torpedear a aprovação de um melhor projeto para o Regimento Interno da Constituinte e, nem de prolongar descabidamente, indefinidamente, aprovação dessa ferramenta básica com que iramos elaborar, confeccionar a Carta Magna que deverá atender aos mais legítimos anseios do povo brasileiro.

Sr. Presidente, tanto isso é verdade que a Democracia Cristã, pelos seus representantes, apresentaram mais de trinta emendas ao segundo Substitutivo do Senador Fernando Henrique Cardoso; e, mantendo a luta pela aprovação dessas emendas, os Deputados do Partido Democrata Cristão, os Constituintes do Partido Democrata Cristão requereram trinta e tantos destaques que serão votados e nós iremos fazer força pela sua aprovação. Porque entendemos que o substitutivo, o segundo substitutivo, ainda não corresponde àquilo que desejamos. Mas entendemos que o Senador Fernando Henrique Cardoso, um dos líderes mais importantes da luta libertária do povo paulista, não teve condições de apresentar um melhor trabalho. E cabe a cada um de nós, dentro do possível, lutar pelo aperfeiçoamento desse projeto.

Dentre as emendas apresentadas existe um do nosso vice-Líder na Câmara dos Deputados, Constituinte José Maria Eymael, a de número 541, ao § 7º do art. 57, que realmente se aprovada daria condições de soberania praticamente totais à Constituinte. Lutaremos com o nosso Deputado pela aprovação desta emenda, e reservamos o direito deste Deputado manter a luta em nome do PDC, porque nós não queremos, absolutamente, levar os nossos companheiros a qualquer posição de contradição, para cair na desconfiança do povo.

Nós somos, Sr. Presidente, o cimento que haverá de unir as pedras que cada um traz, não para atirar contra a Nação, mas para construir com grandeza o seu grande edificio que possa servir de teto a todo o povo brasileiro, para abrigar todas as suas necessidades, todos os seus anseios, porque já é tempo de atender aos anseios de mudança do povo.

Como cimento, Sr. Presidente, nós desautorizamos a quem quer que seja a querer jogar o Presidente Ulysses Guimarães, Líder das grandes lutas libertárias do povo brasileiro — estivemos em campos opostos, mas eu sempre reconheci isso — contra o Presidente José Sarney, ou atirar o Presidente José Samey contra o seu companheiro querido Ulysses Guimarães. Nós não atenderemos a esse tipo de fuxico nem de intriga, porque nós sabemos que é necessário

atender aos apelos de união nacional, que o PDC tem feito reiteradamente desta tribuna.

E assim, Sr. Presidente, o PDC vota favoravelmente à Emenda do Constituinte Maurílio Ferreira Lima. (Muito bem!)

O SR. ROBERTO FREIRE (PCB — PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Constituintes:

Creio que foi bem ressaltada, inclusive pela Presidência da Mesa, a importância de nós estarmos votando este Regimento. Não apenas porque a opinião pública e a Nação esperavam que esta Assembléia iniciasse os seus trabalhos nas questões de mérito e substantivas, não apenas por isso, mas, fundamentalmente, levando-se em consideração os problemas porque passa o País na sua realidade do cotidiano, problemas que aqui são levemente anunciados, mas que não são discutidas nem aprofundados. Por exemplo, esses estranhos movimentos repressivos do Governo. e não sabemos se com o respaldo do Governo ou se com autonomia, inclusive inobservando-se as leis, intervindo-se militarmente, seja nos portos, seja nas refinarias. Isto é procupante. Esta Assembléia Nacional precisa tomar conhecimento disto, discutir e saber o que isto significa, que escalada é esta, quando sabemos que, por outro lado, não há por parte do aparelho de Estado a devida consideração a movimentos que são feitos inclusive contra a lei, pelos setores dominantes da sociedade brasileira, inclusive através de loch outs, através de obstáculos e obstruções de estradas e de atividades bancárias, como vimos e assistimos há alguns dias. O Governo aí se omite, o Governo nos movimentos opérarios se faz presente e de forma repressiva, inclusive desdizendo os seus compromissos democráticos. Essas são questões que nós temos que discutir, discutir junto com a nossa soberania, a soberania do Brasil, da nação brasileira, que hoje, ao assumir soberanamente, politicamente a suspensão do pagamento dos juros da nossa dívida, vem começando a sofrer retaliações não só da comunidade financeira, mas de países imperialistas e isto precisa ser discutido por esta Assembléia, precisa ser aprofundado por nós, e, para tanto, é necessário superemos esta fase adjetiva. Daí a importância de votarmos este regimento hoje, e o mais rápido possível. Em segundo lugar, lembrar inclusive a alguns novos parlamentares que esta Casa vai assistir à formação de alguns blocos como já se assistiu aqui a comunistas, nós, juntos com o PDS, representantes da direita e talvez até da extrema direita nesta Assembléia, em questões adietivas, garantia do direito da Minoria - foi conseguido modificar o Regimento, com essa aliança, hoje, estamos em aliança com o PMDB, quando ficamos contra, na questão dos Senadores de 1982, que era afirmação soberana, e não ficamos junto do PDT, que votou pelos votos dos Senadores. São blocos que se formam, que se desfazem e que voltaram a formar-se; nada de estranho. E não se confunda a nossa posição com a posição do PFL, nem do PDS, nem do PTB; nossa posição tem uma justificativa: iremos votar pelo acordo feito, pela negociação, porque soberanía não é questão regimental, soberania não é uma questão jurídica, soberania é exercício de um poder político, que este Plenário tem que exercer. Não importa dizer que medidas podem ameaçar, têm que s, que só podem ser medidas relevantes. Quem vai decidir o que é ameaça ou o que é relevante é o Plenário e não o Regimento. O que o Regimento vai garantir é o exercício de podermos exigir uma decisão do Plenário, através dos projetos de decisão. Não vamos discutir adjetivação,